

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.007 - SP (2019/0147237-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **ATIHÉ CONSULTORES E ADVOGADOS ASSOCIADOS**
ADVOGADO : **FERNANDO COELHO ATIHÉ - SP092752**
AGRAVADO : **CONVENÇÃO SÃO PAULO INDÚSTRIA DE BEBIDAS E CONEXOS LTDA**
ADVOGADOS : **JOSÉ ARNALDO VIANNA CIONE FILHO - SP160976**
: **MATHEUS INACIO DE CARVALHO - SP248577**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ATIHÉ CONSULTORES E ADVOGADOS ASSOCIADOS contra decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - Embargos execução - Prescrição - Inocorrência - Aplicação do artigo 25, inciso V, da Lei nº 8.906/94 - Termo inicial - Contados trinta dias após a notificação da revogação do mandato - Propositura da execução dentro do prazo - Impossibilidade das partes alterarem o prazo prescricional por acordo de vontade, incluída a vedação à criação de causa suspensiva - Exegese da prescrição do artigo 192 do Código Civil - Rescisão contratual antes do término do processamento da demanda - Honorários integrais descabidos - Vedação ao enriquecimento sem causa - Ademais, extinção do processo em que existiu a atuação profissional sem resolução do mérito - Ausente aferição segura sobre 'a economia mensal efetivada' - Falta de liquidez - Ausente pressuposto para a execução - Necessidade de propositura de ação de conhecimento: arbitramento de honorários, a fim de que haja ampla dilação probatória visando a fixação adequada da remuneração pelos serviços efetivamente o prestados. O Recurso adesivo interposto por Convenção São Paulo Indústria de Bebidas e Conexos Ltda. não conhecido. Apelação interposta por Convenção São Paulo Indústria de Bebidas e Conexos Ltda. provida. Apelação interposta por Atihé Consultores e Advogados Associados prejudicada" (fl. 354 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 372/377 e-STJ).

No recurso especial (fls. 380/396 e-STJ), a parte recorrente alega violação dos seguintes dispositivos e suas respectivas teses:

(i) arts. 489, § 1º, IV, 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015 - porque teria havido negativa de prestação jurisdicional ao deixar o Tribunal de origem de se manifestar acerca de aspectos relevantes da demanda suscitados em embargos de declaração;

(ii) arts. 112 e 113 do Código Civil - pois a interpretação conferida à expressão "economia mensal efetiva", por se literal, não corresponde à real intenção das partes quando firmaram o contrato, "que era a de fazer incidir honorários sobre os êxitos gerados para a recorrida, independentemente de sua periodicidade" (fl. 386 e-STJ), e

Superior Tribunal de Justiça

(iii) arts. 22, § 2º, da Lei nº 8.906/1994 e art. 585, II, do CPC/1973, tendo em vista que

"(...) não há dúvidas de que existia contrato formal, claro e com disposição específica sobre a forma de cálculo dos honorários advocatícios ad exitum na hipótese de a recorrida dar causa a rescisão do pacto de maneira injustificada, exatamente como ocorreu.

46. Assim a simples existência desta previsão contratual expressa e que não demanda qualquer interpretação afasta a necessidade de arbitramento de honorários advocatícios no presente caso, ao contrário do asseverado no julgado recorrido" (fl. 390 e-STJ).

(iv) arts. 786, parágrafo único, do Código Civil e 259, I, do CPC/1973 - o valor da causa correspondeu ao proveito econômico pretendido na demanda.

Oferecidas as contrarrazões, o recurso não foi admitido na origem, sobrevivendo o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Registra-se que a negativa de prestação jurisdicional nos embargos declaratórios somente se configura quando, na apreciação do recurso, o Tribunal de origem insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida, e não foi.

Não é o caso dos autos.

Com efeito, as instâncias ordinárias enfrentaram a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

Impende asseverar que cabe ao julgador apreciar os fatos e as provas da demanda segundo seu livre convencimento, declinando, ainda que de forma sucinta, os fundamentos que o levaram a solucionar a lide.

Desse modo, não há falar em deficiência de fundamentação da decisão o não acolhimento de teses ventiladas pelos recorrentes, mormente se o acórdão abordar todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE

Superior Tribunal de Justiça

INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ARGUMENTOS DO RECURSO ESPECIAL CUJA ANÁLISE DEPENDE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. Não há ofensa aos arts. 165, 458, 515 e 535 do CPC se o tribunal de origem se pronuncia fundamentadamente sobre as questões postas a exame, dando suficiente solução à lide, sem incorrer em qualquer vício capaz de maculá-lo.

2. Com base nos elementos circunstanciais da demanda, a corte local entendeu que os devedores não têm direito ao alongamento da dívida em decorrência de ação dolosa, o que, para ser desconstituído, impõe reexame de matéria fático-probatória da lide, vedado nesta sede (Súmula 7 do STJ). Precedente.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no Ag 930.113/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 6/10/2011, DJe 13/10/2011).

Ademais, na hipótese, constata-se que as conclusões da Corte de origem resultaram da estrita análise das provas carreadas aos autos e das circunstâncias fáticas que permearam a demanda.

É o que se extrai da leitura do voto condutor do julgado ora hostilizado, merecendo destaque o seguinte trecho de sua fundamentação:

"(...) A apelante ATIHÉ CONSULTORES pretende a execução do contrato (cf. inicial de fls. 45/49), para recebimento dos honorários devidos em razão do patrocínio nos autos da ação que tramitou sob o nº 0005722-04.2003.8.26.0004 perante o MM. Juízo da 1ª Vara Cível do Foro Regional -da Lapa.

O contrato de prestação de serviços - advocatícios prescreveu na cláusula 4.c: 'no que diz respeito aos processos administrativos e judiciais a serem instaurados, e ainda medidas de planejamento tributário a serem sugeridas no decorrer da prestação dos serviços, 15% (quinze por cento) da economia mensal efetivada, quando a mesma houver sido efetivada e de forma proporcional à mesma' (fls. 120/121).

E, na cláusula 6, o contrato prescreveu a possibilidade de rescisão mediante notificação prévia em trinta dias, esclarecendo no parágrafo único, item iii, que: 'os honorários a que alude a cláusula '4.c' serão integralmente devidos à ADVOCACIA, por ocasião da rescisão, se a CONVENÇÃO der causa, de forma direta ou indireta, à ruptura contratual' (fls. 121).

Em 7.1.2008, existiu rescisão do contrato de prestação de serviços, foram revogados pela CONVENÇÃO SÃO PAULO os poderes outorgados a ATIHÉ CONSULTORES, não sendo apresentada justa causa (cf. notificação de fls. 118), registrando-se que 'nossa Empresa reconhece o direito de vosso escritório aos honorários 'adexitum' nas chamadas em que for essa verba, de forma proporcional até a data em que V. Sas. atuarem nos autos. O pagamento desta verba honorária será efetuada tão logo haja (i) o trânsito em julgado das demandas, somente naqueles casos em que verificada a economia para a empresa, onde se justifica tal cobrança'.

Diz_o_artigo 25, inciso V, da Lei nº 8.906/94: -prescreve em cinco anos a ação de cobrança de honorários de advogado, contado o prazo da renúncia do mandato. No mesmo sentido, a prescrição do artigo 206, § 5º, inciso II, do Código Civil.

Superior Tribunal de Justiça

Em que pese a disciplina da cláusula 6 do contrato, "os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes" (artigo 192 do Código Civil), motivo pelo qual é vedada a criação de motivos de suspensão: o trânsito em julgado da demanda em que existiu a atuação geradora dos honorários.

Considerados os trinta dias pós notificação da revogação do contrato para a contagem do prazo prescricional (termo inicial: 7.2.2008), tendo sido proposta a ação de execução em 5.2.2013 (fis. 45), não há que se falar em prescrição.

A ação que gerou atuação da apelante ATIHÉ CONSULTORES foi proposta em 19.1.2003 visando condenação da apelante CONVENÇÃO SÃO PAULO no pagamento de danos materiais e danos morais (cf inicial de fls. 69/77). Foi requerido pensionamento, pagamento de 13º salário anual (fls. 71) e danos morais em valor não inferior a 50 (cinquenta) salários mínimos (fls. 74). E foi atribuído como valor à causa: R\$ 100.000,00 (fls. 77).

Houve extinção do processo, sem resolução do mérito (cf. sentença de fls. 94/100), e o recurso interposto não foi provido, tendo sido certificado o trânsito e julgado em 31.3.2009 (cf. extrato de fls. 103/104).

A revogação do mandato fora comunicada em juízo, na medida em que existiu alteração no cadastro de advogados em 2008 (cf. extrato de fls. 103). E sessão de julgamento apenas ocorreu depois.

Portanto, é nula a disciplina que exige o pagamento de honorários integrais quando não houve completa prestação de serviços, nulidade em razão da abusividade da conduta, totalmente contrária à vedação ao enriquecimento sem causa (artigo 884 e seguintes do Código Civil). Não bastasse, considerado o limite da demanda movida em face de CONVENÇÃO SÃO PAULO e patrocinada por ATIHÉ CONSULTORES, não há como se acolher o valor da causa como parâmetro para aferir a liquidez da obrigação representada pelo título executado.

Realmente, falta pressuposto para a ação executiva, posto que "a execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível (artigo 586 do Código de Processo Civil de 1.973 e artigo 783 do Novo Código de Processo Civil).

Diante da falta de parâmetros para aferição da estipulação certa sobre 'economia mensal efetivada', é indispensável a propositura de ação de arbitramento de honorários para que exista a justa remuneração (artigo 22, § 2º, da Lei no 8.906/94), assegurada a ampla dilação probatória" (fls.356/357 e-STJ).

Rever tais conclusões demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

Além disso, o tribunal de origem declarou a nulidade da cláusula contratual que estipulou o pagamento integral dos honorários, em respeito ao princípio que veda o enriquecimento sem causa - art. 884 do Código Civil. Das razões do especial, não se verifica impugnação específica a tal fundamento, o que atrai a incidência da Súmula nº 283/STF, por analogia.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso

Superior Tribunal de Justiça

especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Na origem, os honorários advocatícios foram fixados em 12% (onze por cento) sobre o valor do proveito econômico obtido pela executada, os quais devem ser majorados para 17% (dezesete por cento) em favor do advogado da parte recorrida, observada a assistência gratuita, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

